



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim Informativo

Índice

05	Entrevista: “A Participação Da Vítima No Processo Penal Brasileiro E Português: Um Olhar Especial Para As Vítimas Idosas” com Dra. Livia Sampaio
11	Nova unidade reforça combate à sonegação fiscal no Sul e Extremo Sul
12	CISP é reativado em Euclides da Cunha Comissão do Sistema Prisional do CNMP conhece projetos do MP baiano
13	Corregedoria nacional conclui correição e aponta excelência em atuação do MP baiano
14	Em dezembro, CNMP realizará Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública Em reuniões interinstitucionais na Bahia, integrantes da CSP tratam dos temas de atuação da comissão
15	A convite do CNMP, diretora do Depen fala sobre aplicação dos recursos do fundo penitenciário Justiça Itinerante ganha reforço para levar serviços às comunidades
16	Comissão do CNJ retoma estudos para atualizar normativos para a Justiça Criminal Link CNJ discute o encarceramento de gestantes e de mulheres com filhos
17	Grupo de trabalho prepara guia prático sobre proteção e amparo a vítimas de crimes Aprovada norma do CNJ para consolidar justiça itinerante no Brasil
18	Fux: Acesso à justiça deve coexistir com métodos consensuais para resolver conflitos Escritório Social: após expansão, ações garantem evolução em atendimento

Índice

19	Em evento internacional, conselheiro do CNMP destaca importância da atuação do Ministério Público na recuperação de ativos para o ressarcimento das vítimas Segurança Pública em Foco aborda o projeto da polícia de São Paulo que utiliza câmeras em ações policiais
20	Identificação e documentação de pessoas presas chega a um terço do país Acordo facilitará ressarcimento ao INSS por despesas com vítima de violência doméstica
21	Integração de sistemas de dados do Judiciário e Executivo revoluciona gestão na área penal
23	Ouvidorias do Senado e do CNMP firmam acordo de cooperação técnica
24	Inovações tecnológicas na segurança pública foram tema de debate no Senado Vitória da Conquista tem redução de 64% nas mortes violentas
25	Modelo de câmeras na Bahia poderá ser usado por outros estados Delegacias de Lafaiete Coutinho e Itiruçu estão em fase final
26	Bahia entra no oitavo mês consecutivo de redução de CVLIs
27	A partir do dia 20/06 começam a valer as novas regras para cumprimento das ordens de soltura Feira De Santana: Vara De Execuções Penais Da Comarca Realiza Mutirão Carcerário

ENTREVISTA



Entrevista



Dra. Lívia Sampaio

Promotora de Justiça do MPBA

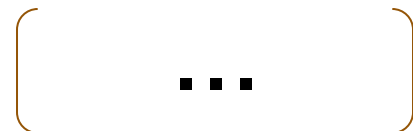
Entrevista realizada com a Promotora de Justiça, Dra. Lívia Sampaio, sobre o seu tema de pesquisa e dissertação intitulada: **“A Participação Da Vítima No Processo Penal Brasileiro E Português: Um Olhar Especial Para As Vítimas Idosas”**

Seja bem-vindo(a)! Acompanhe a entrevista!

01. Quais os motivos que a levaram a pesquisar sobre o tema “A participação da vítima no processo penal brasileiro e português: um olhar especial para as vítimas idosas”?

O ostracismo da vítima no processo penal é algo que sempre me intrigou como Promotora de Justiça, já que elas, muitas vezes, restringem-se ao papel de meros declarantes na audiência de instrução e julgamento. No mestrado, conhecendo melhor a Vitimologia e a legislação portuguesa, percebi que no Brasil há muito o que avançar sobre o tema, já que é inadmissível, em um Estado de Direito republicano e democrático, a instrumentalização da vítima como mera fonte de produção de provas no processo penal. Deve ser assegurado à vítima uma resposta justa do Estado diante do crime sofrido, bem como a sua proteção (para evitar a vitimização secundária e repetida) e a reparação dos danos, dentre outros direitos. A legislação brasileira tem avançado sobre a matéria, mas ainda não foi aprovado o Estatuto da Vítima, já existente em Portugal desde o ano de 2015, deixando, de certo modo, desamparadas as vítimas que não são se enquadram em situações específicas (como violência doméstica contra mulheres), como é o caso das vítimas idosas.

02. De que maneira a idade avançada do indivíduo pode resultar na vulnerabilidade vitimológica?



[...]

Muito embora a idade avançada, por si só, não predisponha o indivíduo a ser vítima de crimes, certos fatores decorrentes de circunstâncias físicas, cognitivas e sociais relacionados à idade podem contribuir para uma maior vulnerabilidade, como a dependência econômica, fragilidade, isolamento social, doença física grave e comprometimento cognitivo.

Há, inclusive, alguns estudos que indicam que os idosos que foram vítimas de crimes tem menor capacidade de resiliência em relação às pessoas mais jovens, o que os tornam mais suscetíveis aos efeitos adversos vinculados à vitimização.

Em razão disso, a idade serve como um dos fatores para a identificação da “vítima especialmente vulnerável” na legislação portuguesa, que exige, para tanto, a avaliação individual da vítima, seguindo a Diretiva 2012/29 da União Europeia. Portanto, a vitimização da pessoa idosa guarda, em muitos casos, particularidades que justificam um tratamento diferenciado pelo sistema de justiça criminal.

03. A vitimização pode se apresentar por dimensões? Quais seriam?

Sim. A vitimização primária consiste naquela que abarca os efeitos diretos derivados do delito, ou seja, as consequências do delito em si mesmo. Por sua vez, a vitimização secundária resulta da intervenção do sistema de justiça, vindo a incrementar os prejuízos sofridos. Sobre esta última, o Estatuto da Vítima de Portugal traz diversas medidas destinadas à proteção à vítima, como evitar o contato entre vítimas e seus familiares com os réus (realidade ainda muito comum nos corredores dos Fóruns brasileiros) e assegurar à vítima o direito de ser ouvida em ambiente informal e reservado.

Alguns autores, como García-Pablos de Molina, falam ainda em vitimização terciária, que seria uma ampla gama de vivências negativas e traumáticas da vítima decorrentes das atitudes de determinados setores da comunidade que isolam e criticam a vítima, em apoio ao autor do crime.

05. É possível extrair propostas concretas voltadas a um especial tratamento das vítimas idosas no processo penal?

Sim. No tocante ao acesso à justiça, seria importante oferecer um apoio especializado às vítimas idosas especialmente vulneráveis, em razão da grande dificuldade que elas enfrentam de registrar o fato criminoso e, também, de compreender e participar do processo penal. No Brasil, existem algumas Delegacias Especializadas no Atendimento ao Idoso, não havendo, contudo, equipe técnica e rede de apoio estruturadas, como nas Delegacias da Mulher. Importante também a promoção de políticas públicas destinadas a promover o bem-estar dos idosos e a sua integração social, na linha do que estabelece o Plano Internacional do Envelhecimento das Nações Unidas. Além disso, é necessário estabelecer, no processo penal, medidas mais eficazes para a proteção das vítimas idosas quanto à vitimização secundária e repetida, como já previsto no Estatuto da Vítima em Portugal. Por fim, outra questão a ser concretizada seria a facilitação na forma da reparação dos danos causados pelo crime pela vítima idosa, inclusive com a implementação do fundo de assistência às vítimas, previsto no art. 245 da Constituição Federal.

04. De que forma pode ser alcançado o equilíbrio adequado entre os interesses individuais do lesionado e os interesses gerais do Estado na aplicação da pena em concreto e na participação da vítima no processo penal?

Trata-se de uma questão complexa, já que é inegável que o processo penal não se destina a satisfazer os interesses da vítima, porque busca, primariamente, a proteção dos bens jurídicos fundamentais à vida comunitária. Contudo, isso não significa que o processo penal possa ignorar a existência do conflito interpessoal decorrente do crime (entre o autor e a vítima), devendo ser-lhe reconhecido e assegurado alguns direitos, como o direito à justiça (de obter uma resposta penal justa) e a um tratamento processual adequado e digno, que não resulte na vitimização secundária e lhe assegure medidas para sua proteção e reparação dos danos sofridos pela infração penal. Tais direitos, aliás, já estão contemplados na legislação internacional há muitos anos, como na Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e Abuso de Poder das Nações Unidas de 1985 e na Diretiva 2012/29 da União Europeia.

06. Qual sistema jurídico, dentre os analisados no estudo, oferece maiores condições em assegurar a proteção das vítimas idosas e atender os seus direitos?

Em termos gerais, o sistema de justiça criminal português oferece melhores condições em respeitar os direitos fundamentais das vítimas idosas em relação ao sistema brasileiro. Isso porque, além de possuir o Estatuto da Vítima (Lei nº 130/2015), que prevê um conjunto de medidas que visam assegurar a proteção e promoção dos direitos das vítimas, tem a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), que exerce um importante serviço multidisciplinar de apoio às vítimas, inclusive com a assistência jurídica durante o inquérito e processo penal.

Considerações finais

[Confira a dissertação aqui!](#)

Um em cada seis idosos sofre alguma forma de abuso, segundo o estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) realizado em 28 países, no ano de 2017. Esse número tende a aumentar, em razão do progressivo envelhecimento da população mundial. Apesar do avanço dos estudos vitimológicos e da legislação internacional sobre o tema, o Brasil ainda tem um grande caminho a percorrer para conferir às vítimas de crime - nomeadamente às vítimas idosas especialmente vulneráveis – a proteção e o respeito aos seus direitos no sistema de justiça criminal, de modo a lhes conferir, de forma efetiva, o seu acesso à justiça, a prevenção de crimes, a proteção contra a vitimização secundária e a reparação dos danos.

Dra. Livia Sampaio
Salvador, 20 de junho de 2022

Notícias do MP

MP/BA, CNJ e CNMP



Nova unidade reforça combate à sonegação fiscal no Sul e Extremo Sul

Uma nova unidade regional do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) foi inaugurada na quarta-feira (08/06) no município de Itabuna, com cerimônia realizada no prédio da Inspetoria Fazendária da Costa do Cacau. Considerado referência no país e responsável pela recuperação de R\$ 98,5 milhões de 2020 até maio deste ano, o Cira reúne o Ministério Público do Estado (MPBA), o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-BA), as secretarias estaduais da Fazenda, da Segurança Pública e da Administração e a Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Em linha com o trabalho desenvolvido pela sede em Salvador e pelas unidades já instaladas em Feira de Santana, Vitória da Conquista e Barreiras, o novo escritório, que atuará com foco nas regiões Sul e Extremo Sul do estado, vai intensificar o processo de interiorização do Comitê, que tem como alvos os débitos que representam crimes contra a ordem tributária. O Cira da Bahia foi o segundo a ser criado no país e tornou-se referência para outros estados em função dos resultados alcançados.

Para o promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos Pereira, secretário-geral do Cira, o comitê é a iniciativa de combate aos desvios de recursos públicos mais exitosa de todos os tempos no Estado. A unidade do Cira em Itabuna, acrescentou Luís Alberto, chega em um momento muito importante, pois "finaliza o planejamento de interiorização do comitê e incrementa o combate à sonegação fiscal de forma estratégica, integrada e sistêmica na Bahia".

De acordo com o superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luiz Souza, que representou na inauguração o secretário da Fazenda Manoel Vitório, presidente do Cira, os resultados do Comitê são importantíssimos para o fisco estadual. "Além dos valores recuperados, percebe-se o resultado indireto do Cira no combate ao crime contra a ordem tributária e à concorrência desleal no mercado" [...]



O procurador geral do Estado, Paulo Moreno, reforçou que "a vitória do Cira não é uma vitória da PGE, da Sefaz-Ba, do Tribunal de Justiça ou do Ministério Público", mas de todos os órgãos participantes. "É uma vitória de todos. É um triunfo da sociedade, pois a recuperação dos débitos fiscais retorna para a população na forma da prestação de serviços públicos".

"O Cira pode conscientizar as pessoas de que combater a sonegação é importante para a prestação de serviços públicos. Quando o Estado perde arrecadação, temos menos escolas, menos segurança, menos saúde. Então é preciso combater essa ideia falsa de que a sonegação não é nada demais", avaliou o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarinho.

Atuação estratégica

Os alvos da nova unidade, assim como dos demais escritórios do Cira, são os crimes de sonegação praticados por contribuintes, com destaque para aqueles com histórico de não cumprimento de dívidas com o Estado. As estratégias para a recuperação do crédito sonegado envolvem a realização de operações especiais e de oitivas com contribuintes, e ainda o ajuizamento de ações penais. [...]

CISP é reativado em Euclides da Cunha

O Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp) teve a sua primeira reunião no dia 10/05, em Euclides da Cunha, quando representantes de órgãos e instituições públicas discutiram temas relevantes à segurança na região, esclareceram dúvidas e levantaram sugestões para o projeto. Na ocasião, os promotores de justiça Samara Moura e Samory Pereira trataram da importância de reativar o projeto na localidade e o coordenador estadual dos Cisp, o promotor Áviner Rocha Santos, apresentou a iniciativa e experiências exitosas de outras comarcas.

Na reunião, foram abordadas questões críticas para a segurança na região, sendo destacado o tráfico de drogas, a violência doméstica e a perturbação do sossego. A dependência química também foi apontada como fator propulsor de situações de criminalidade, agravado pela vulnerabilidade da população.

O tema da violência doméstica foi enfatizado nas discussões, ressaltando a necessidade de capacitação de profissionais para atendimento e amparo. Nesse cenário, se sobressaiu, no encontro, a experiência da comarca de Paulo Afonso, onde foi criado um núcleo, com uma sala na Delegacia de Polícia e participação de psicólogo, para dar apoio no primeiro atendimento à vítima, comprometendo-se a apresentar maiores informações sobre a experiência. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada.](#)
Fonte: MPBA

Comissão do Sistema Prisional do CNMP conhece projetos do MP baiano



O modelo implementado pelo pelo Ministério Público do Estado da Bahia para monitoramento do sistema penitenciário do Estado e produção de mecanismos que ofereçam suporte técnico aos promotores de Justiça com atuação na área de execução penal foi apresentado na manhã de hoje, dia 17/05, à Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). [...] A Comissão chegou ontem (16/05) ao MP baiano e, segundo o conselheiro Jaime Miranda, está conhecendo os projetos e ações desenvolvidos pela Instituição na área. A reunião de hoje teve a participação do secretário de Administração Penitenciária da Bahia, José Antônio Maia. [...]

Ele (Jaime Miranda) esteve acompanhado das membros-auxiliares do CNMP Fernanda Balbinot e Paula Moraes, que também participaram da apresentação do BI do Sistema Prisional e da Unidade de Monitoramento da Execução da Pena e Medidas de Segurança (Umep), do Ministério Público baiano. [...] A ferramenta foi elogiada pelo conselheiro Jaime Miranda, que parabenizou o MP da Bahia pelo trabalho “espetacular”.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada.](#) Fonte: MPBA

Confira o estudo elaborado pelo CEOSP e GEOSP: Mortes em razão do confronto com agentes da Segurança Pública - [Confira aqui!](#)
Confira também o estudo feito pelas promotoras Mônia Ghignone, Mirella Brito e Thays Rabelo : Letalidade e Vitimização Policial – [Confira aqui!](#)

Corregedoria nacional conclui correição e aponta excelência em atuação do MP baiano

“O trabalho realizado pelo Ministério Público baiano é de excelência”, afirmou, dia 17/05, o corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conselheiro Oswaldo D’Albuquerque, no encerramento da correição extraordinária na área de segurança pública iniciada na segunda-feira, dia 16/05, no MP da Bahia. Segundo o corregedor, será produzido um relatório final com sugestões de aprimoramento e orientações para fortalecimento das boas práticas já adotadas. Repetindo o que já havia dito durante reuniões realizadas ao longo da correição, ele destacou o caráter inovador e de excelência de projetos institucionais do MPBA, especialmente o Plano de Atuação das Promotorias e Procuradorias de Justiça (PAPJ), cuja proposta e metodologia serão trabalhadas pela Corregedoria Nacional, com apoio de membros do MP estadual, com objetivo de ser replicado pelas diversas unidades do MP brasileiro.

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, presidente do Conselho Nacional dos Procuradores dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ), falou sobre a importância do trabalho de correição para o constante aperfeiçoamento do MP, não só na Bahia, mas em todo o país. “Sairemos maiores. Acolheremos as orientações, que, certamente, ajudarão no crescimento da nossa instituição. Elas são muito bem-vindas. Buscaremos aprimorar ainda mais nosso trabalho. Nossa instituição é uma construção coletiva permanente. Nesses dias, mais um tijolo forte foi colocado”, afirmou. A corregedora-geral Cleonice de Souza e Lima pontuou que os dias de correição foram de “construção, engrandecimento e aprimoramento”. Ela destacou que as críticas e orientações serão úteis e importantes para ajustes de rumos e ressaltou o trabalho realizado na primeira gestão, durante a pandemia da Covid-19, quando o MP baiano “cresceu e produziu mais, em cenário de contenção de despesas, com contingenciamento de 30% do orçamento”.



O evento de encerramento contou também com a presença do conselheiro do CNMP Jaime Miranda; do coordenador-geral da Corregedoria Nacional, Sílvio Amorim; do procurador-geral Adjunto do MPBA Paulo Marcelo Costa; dos coordenadores dos Centros de Apoio Operacional de Segurança Pública e Criminal, respectivamente os promotores de Justiça André Lavigne e Luís Pereira; do coordenador da Comissão de Gestão da Informação (Cogi), promotor Fabrício Patury; do promotor de Justiça Sávio Damasceno, membro da Cogi; do procurador de Justiça de Roraima Fábio Stica; do procurador de Justiça do Acre Sammy Barbosa; da procuradora de Justiça do Amapá Rita de Cassia Baptista; do promotor de Justiça Marcelo Moraes; do promotor de Justiça Vinicius Evangelista e do promotor de Justiça Marco Antônio Amorim; respectivamente membro auxiliar, membro colaboradora, chefe de gabinete, e coordenadores de Inovação e de Correição e Inspeções da Corregedoria Nacional.

Em dezembro, CNMP realizará Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

Nos dias 1 e 2 de dezembro, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizará o Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública. O evento ocorrerá na sede do Ministério Público Militar, em Brasília.

A iniciativa do encontro é da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP).

De acordo com o presidente da CSP, conselheiro Jaime de Cassio Miranda, “trata-se de importante evento tradicional do CNMP que possibilita rica oportunidade de troca de experiências entre membros do Ministério Público brasileiro que atuam nas áreas de sistema prisional, controle externo da atividade policial e segurança pública de todo o País”. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)



[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)

Fizeram parte do encontro o coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público do Estado da Bahia, André Lavigne; o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do Ministério Público do Estado da Bahia, Luis Alberto; os promotores Edmundo Reis e Andrea Ariadna Santos Correia; e o secretário de Administração Penitenciária da Bahia, José Antônio Maia. [...]

Em reuniões interinstitucionais na Bahia, integrantes da CSP tratam dos temas de atuação da comissão

Uma comitiva da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), presidida pelo conselheiro Jaime de Cassio Miranda, esteve na Bahia nesta semana, de 17 a 19 de maio, para acompanhar a correição temática em segurança pública no MPBA e realizar reuniões interinstitucionais com órgãos ligados aos temas de atuação da comissão.



Programação

No dia 17 de maio, terça-feira, o presidente da CSP, conselheiro Jaime Miranda, e as promotoras auxiliares da comissão, Fernanda Balbinot e Paula Moraes, reuniram-se com o secretário de Segurança Pública do Governo da Bahia, Ricardo Cesar Mandarin. Ele destacou a importância em receber a visita da CSP e afirmou: "A Segurança Pública da Bahia está pronta para colaborar com o trabalho do MP, atuando lado a lado".

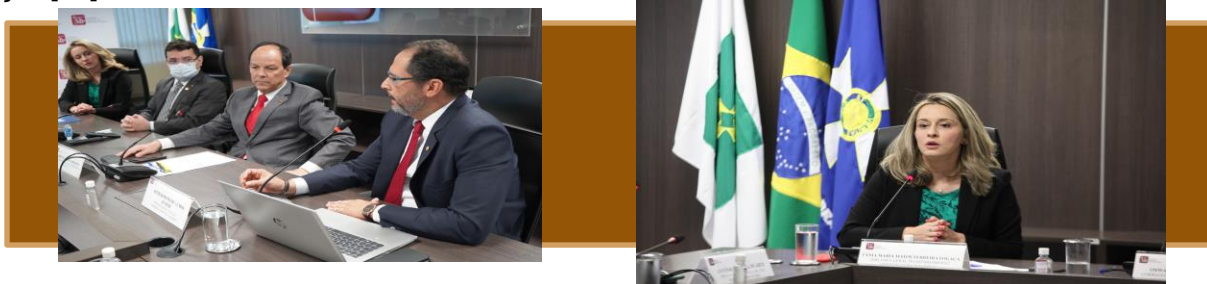
Na ocasião, o secretário apresentou os programas, os sistemas de tecnologia, as estruturas e as instalações do Centro Integrado de Comunicações (Cicom). Foram apresentadas, também, as funcionalidades do Sistema de Reconhecimento Facial e de Placas, alinhadas ao Plano Estratégico do Sistema Estadual da Segurança Pública (Planesp 2016-2025). [...]

Já no dia 18 de maio, quarta-feira, o conselheiro Jaime Miranda e a promotora auxiliar Fernanda Balbinot visitaram a Penitenciária Lemos Brito, destinada ao recolhimento de presos condenados ao regime fechado.

A convite do CNMP, diretora do Depen fala sobre aplicação dos recursos do fundo penitenciário

Durante a segunda edição do projeto Segurança Pública em Foco, o conselheiro Jaime de Cássio Miranda recebeu a diretora-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, que apresentou dados sobre investimentos realizados a partir de recursos do Fundo Penitenciário (Funpen).

Segundo dados apresentados, em 2022, o recurso disponibilizado foi de R\$ 569,4 milhões. Em 2018, o valor chegou a R\$ 911 milhões. “De 2018 a 2022 houve uma pequena queda. Mas percebam que, mesmo em anos de pandemia em que houve impacto na economia de vários países, continuamos investindo recursos federais no sistema penitenciário” afirmou Fogaça. [...]



O olhar do Ministério Público

Conselheiros Jaime de Cassio e Oswaldo D'Albuquerque com o secretário especial do MP/SP, o promotor de Justiça Arthur Pinto de Lemos Júnior, atual secretário especial de Políticas Criminais do Ministério Público de São Paulo e coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal destacou a importância da inteligência da política penitenciária desenvolvida pelo Depen para a atuação dos Ministérios Públicos estaduais.

“[A política penitenciária] tem sido fundamental para o MP, nas suas unidades federativas, a troca e o fluxo de informações de inteligência nos Estados. A partir das informações do Depen temos conseguido manejar as políticas penitenciárias estaduais”, finalizou Lemos. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNJ](#)

Justiça Itinerante ganha reforço para levar serviços às comunidades

Uma proposta de resolução para normatizar e fortalecer as ações de Justiça Itinerante será avaliada nesta terça-feira (24/5) pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, o programa ganhou uma [página exclusiva no Portal do CNJ](#) para divulgar as experiências dos tribunais. Os anúncios foram feitos pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Carolina Ranzolin Nerbass no [Webinário Justiça Itinerante](#), realizado nessa segunda-feira (23/5).

Coordenadora do [Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário](#), a juíza destacou a importância de levar atendimento judiciário a populações que vivem distante das sedes das comarcas. “Ela leva os serviços do Poder Judiciário aos lugares mais remotos e às pessoas mais carentes, garantido a capilaridade dos serviços judiciais. Por isso, seu fortalecimento é uma reivindicação do Observatório dos Direitos Humanos”. [...]

Tecnologia



O secretário-geral do CNJ, Valter Shuenquener, destacou que a Justiça Itinerante reforça as ações que estão sendo realizadas para aproximar o Judiciário da sociedade por meio da tecnologia. “Paralelamente aos investimentos em inovação tecnológica materializados no Justiça 4.0, um programa que também aproxima o cidadão do Poder Judiciário, a Justiça Itinerante é

fundamental na concretização desse objetivo por alcançar o cidadão nos lugares mais remotos.”

Ele explicou que o programa supre a lacuna de acesso para as pessoas que não conseguem bater à porta do Poder Judiciário por limitação tecnológica. “Com esse binômio Justiça Itinerante e Justiça 4.0, será possível vencer barreiras e aproximar a Justiça do cidadão, alcançando uma parcela da população que vive nesse país continental e que tanto necessita de acesso ao Poder Judiciário.” [...]

Comissão do CNJ retoma estudos para atualizar normativos para a Justiça Criminal



Link CNJ discute o encarceramento de gestantes e de mulheres com filhos

O Link CNJ aborda na quinta-feira (26/5) a situação de mulheres encarceradas e de adolescentes apreendidas que estejam gestante ou amamentando seus filhos. O programa vai ao ar na TV Justiça, às 21h.

O destaque é a entrevista com Raquel Chrispino, juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), e com Rosilda Ribeiro, coordenadora nacional da Pastoral Carcerária para a Mulher Encarcerada, que discutem consequências do aprisionamento de mulheres grávidas ou lactantes.

Os novos integrantes da Comissão Permanente de Justiça Criminal, Infracional e de Segurança Pública do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estiveram reunidos na quarta-feira (25/5) para deliberar, entre outros temas, sobre a atualização da [Resolução CNJ n. 154/2012](#). A norma trata da destinação dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

O presidente da comissão e supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ, conselheiro Mauro Martins, expôs a necessidade de modernizar o normativo e a importância da atuação do CNJ sobre o tema. “Vamos submeter a pauta a estudos a fim de viabilizarmos a atualização dessa orientação normativa.” Também fazem parte da comissão os conselheiros Marcio Freitas e Sidney Madruga. [...]

[Leia na íntegra.](#)
[Notícia adaptada.](#)
[Fonte: CNJ](#)

Três quartos das mulheres grávidas encarceradas estavam em condição de prisão provisória em 2018, como indicam dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), criado para a gestão das ordens de prisão/internação e soltura expedidas em todo o território nacional. A proporção é quinze pontos percentuais maior do que o caso de mulheres encarceradas não grávidas e sem filhos de 0 a 12 anos (58,1%).

As mulheres encarceradas tendem a ser mais pobres que as demais mulheres, conforme cruzamento de informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o CadÚnico, o Cadastro Único para Programas Sociais criado em 2001 para identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país. Em 2018, o valor mediano da renda per capita família mensal das mulheres encarceradas era de R\$ 40, bem inferior aos R\$ 100 das demais mulheres identificadas pelo CadÚnico. [...]

Audiência de custódia

Conforme registrado pelo Sistema de Audiência de Custódia (Sistac) do CNJ, uma de cada três mulheres grávidas que participam de audiências de custódia em 2020 foram mantidas presas. A proporção (de 31,6%) foi a menor em cinco anos e 18 pontos percentuais abaixo do registrado em 2016.

Estar grávida no momento da audiência de custódia reduz em 62,2% a chance de a decisão da audiência de custódia ser pelo encarceramento quando comparado com mulheres não grávidas – desde que também não tinham antecedentes criminais. Em casos em que há a presença de gravidez e antecedentes criminais, a chance do não encarceramento é menor: 29,6%.

Os dados sobre as gestantes presas ou apreendidas foram apurados pelo [Centro Internacional de Políticas para Crescimento Inclusivo \(IPC-IG\)](#) para o CNJ, no âmbito do [Pacto Nacional pela Primeira Infância](#), que mobiliza mais de 260 instituições públicas e privadas.

[Leia na íntegra.](#) [Notícia adaptada.](#) [Fonte: CNJ](#)

Grupo de trabalho prepara guia prático sobre proteção e amparo a vítimas de crimes

Como parte das iniciativas do Movimento Nacional em Defesa dos Direitos das Vítimas, o Conselho Nacional do Ministério Público está elaborando um guia prático que reunirá informações para subsidiar a atuação dos membros na proteção e amparo das vítimas de criminalidade.

A publicação está sendo elaborada pelo grupo de trabalho presidido pelo membro auxiliar da Presidência do CNMP, Marcelo Weitzel, e coordenado pela promotora auxiliar da Secretaria-Geral, Juliana Felix.



Segundo a coordenadora, o grupo de trabalho se reuniu pela segunda vez no dia 20 de maio e consolidou o conteúdo que será produzido. “O material está em fase de elaboração e reunirá, entre outros assuntos, legislações e atos normativos sobre o tema, ações de atenção e cuidado com as vítimas, orientações para as fases de investigação, instrução criminal, sentença e pós-sentença, além de instruções sobre acordo de não persecução penal e transação penal”, afirmou a Promotora de Justiça Juliana Felix. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada.](#)
[Fonte: CNMP](#)

Aprovada norma do CNJ para consolidar justiça itinerante no Brasil

Em iniciativa destinada a conferir rapidez, simplificação e maior acesso aos serviços jurisdicionais, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou aos tribunais federais, estaduais e trabalhistas a adoção da Justiça Itinerante. A Resolução, aprovada pelos membros do Conselho na [351ª Sessão Ordinária](#), realizada na terça-feira (24/5), define que os procedimentos devem ser feitos considerando a aproximação do Sistema de Justiça dos segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade ou que estejam em locais de difícil acesso, em benefício direto às populações que vivem distante das sedes de comarcas.

O presidente do CNJ e autor da proposta, ministro Luiz Fux, afirmou que a Justiça Itinerante abrange um conceito mais amplo de acesso à Justiça em serviços que podem ser prestados em barcos e ônibus, por exemplo, para garantir o direito à cidadania. “Nós sempre discutimos abrir a Justiça para a cidadania e tão importante quanto isso é leva-la ao cidadão.”

[...] A norma recomenda ainda realização periódica da “Semana da Justiça Itinerante” levando em conta economia processual, informalidade, oralidade, efetividade e coleta imediata de prova. Dessa forma, o juiz poderá determinar no processo, no julgamento e na execução das causas e da competência da justiça itinerante as medidas cautelares e de prevenção necessárias à efetividade das decisões e para evitar o perecimento dos direitos.

A medida é baseada em ações bem-sucedidas nessa área colocadas em prática por profissionais da magistratura, servidores e servidoras do Amazonas, Amapá, Roraima, Paraná e Rio de Janeiro. E para dar visibilidade a essas ações, o programa passa a ter uma [página exclusiva no Portal do CNJ](#) para divulgar as experiências dos tribunais



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Fux: Acesso à justiça deve coexistir com métodos consensuais para resolver conflitos



A entrega do [XII Prêmio Conciliar é Legal](#) foi realizada na terça-feira (24/5), durante a 351ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A premiação estimula e dissemina iniciativas que colaboram para pacificar conflitos por meio da mediação e conciliação.

De acordo com o presidente do CNJ, ministro Luiz Fux, o princípio do acesso à Justiça deve coexistir com uma espécie de dever ao estímulo à utilização de métodos alternativos de resolução de controvérsias, como a conciliação, a mediação e a arbitragem. “Desse modo, deve o Estado oferecer às partes uma maior quantidade de mecanismos para a solução de suas demandas, tornando possível uma pacificação social efetiva.”

O ministro destacou a importância de iniciativas que contemplaram o uso de tecnologia para realização de atos à distância, o que possibilitou superar limitações causadas pela pandemia da Covid-19. Entre elas, estão o “Sistema de Negociação Virtual”, do [Tribunal de Justiça da Bahia \(TJBA\)](#), vencedor na categoria Tribunal; o Jefinho, robô de atendimento por WhatsApp, que levou à premiação da juíza Monique Martins Saraiva, do [Tribunal Regional Federal da 1ª Região \(TRF1\)](#), na categoria Juiz/Juíza Individual; e o 1º Mutirão de Audiências de Conciliação Telepresenciais do Centro Universitário Nobre, de Feira de Santana (BA), na categoria Ensino Superior. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Escritório Social: após expansão, ações garantem evolução em atendimento



Após período de rápida expansão – de uma unidade instalada em 2018 para 30 unidades em 19 estados em 2022 –, os [Escritórios Sociais](#) formam hoje, pela primeira vez no país, uma rede nacional de serviços especializados a pessoas egressas do sistema prisional. Com a melhora do quadro de pandemia de Covid-19 no final do ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem desenvolvendo ações em campo para o fortalecimento e consolidação dos equipamentos de forma alinhada à [Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário](#).

A ação em apoio ao trabalho dos poderes públicos se dá em duas frentes principais: por meio do monitoramento dos serviços para incidências de fortalecimento e de processos formativos. Além disso, o CNJ vem publicando, desde 2019, diversos produtos de conhecimento e orientações técnicas para qualificar o funcionamento dos Escritórios Sociais, e realizando formações presenciais e on-line, inclusive para multiplicadores de conhecimento. As atividades são desenvolvidas com o [programa Fazendo Justiça](#), executado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e apoio do Departamento Penitenciário Nacional para incidir em desafios no campo da privação de liberdade. [...]

[Conheça as publicações sobre atendimento à pessoa egressa](#)

Sobre os Escritórios Sociais

O Escritório Social funciona em esquema de gestão compartilhada entre Poder Judiciário e Executivo e oferece uma equipe multidisciplinar para atendimento de pessoas egressas do sistema penal e familiares. A implantação e qualificação dos Escritórios Sociais faz parte da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, aprovada pela [Resolução CNJ n. 307/2019](#).

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Em evento internacional, conselheiro do CNMP destaca importância da atuação do Ministério Público na recuperação de ativos para o ressarcimento das vítimas



“A efetividade da persecução penal está na recuperação dos valores, que são muito relevantes e que foram desviados, para que as vítimas possam ser ressarcidas. Não basta, apenas, a punição do fraudador e daquele que desvia, mas tem de ser feita a recuperação dos ativos”, afirmou o conselheiro Daniel Carnio, do Conselho Nacional do Ministério Público, durante abertura do Seminário Internacional sobre Recuperação de Ativos, na sede do CNMP, em Brasília, nesta quarta-feira, dia 1º de junho. [...]

Segundo o conselheiro, para a recuperação desses valores “o membro do Ministério Público tem de ter capacitação e conhecimento, dando à sociedade a resposta que ela espera do próprio MP e do sistema de Justiça como um todo”.

O evento, voltado a membros e servidores do Ministério Público, promoveu a troca de experiências de palestrantes brasileiros e estrangeiros sobre metodologias desenvolvidas para obtenção de informações, meios de investigação, entre outros. [...]

Também durante a abertura do seminário, o corregedor nacional do Ministério Público, Oswaldo D’Albuquerque, afirmou que, “além da capacitação de membros e de servidores do Ministério Público e do aperfeiçoamento profissional, o evento promove o intercâmbio de experiências, a disseminação do conhecimento e a integração entre as instituições”. [...]

[Leia completa. Notícia Adaptada. Fonte: CNMP](#)

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNMP](#)

SEGURANÇA PÚBLICA EM FOCO

Segurança Pública em Foco aborda o projeto da polícia de São Paulo que utiliza câmeras em ações policiais

Na segunda-feira, 13 de junho, aconteceu a terceira edição do programa Segurança em Foco, que debateu o projeto de segurança pública “Olho vivo”, iniciativa da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público, presidida pelo conselheiro Jaime de Cassio Miranda.

Participou do encontro o coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo Robson Cabanas e a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, promotora colaboradora da CSP e coordenadora do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública de Feira de Santana, na Bahia, Mônia Lopes.

Na abertura do programa, Jaime de Cássio Miranda reforçou os objetivos do Segurança Pública em Foco: “O CNMP entende que tem que discutir com a sociedade brasileira os temas que dizem respeito à segurança pública. Entende que a solução não vem de uma única instituição nem uma única instituição vai ter resposta para tudo. Há um grau de complexidade na administração da segurança pública no Brasil. [...]

Mônia Lopes destacou que “a centralidade que esse tema vem recebendo dentro do cenário nacional é salutar porque fortalece o debate democrático”. A promotora colaboradora da CSP afirmou ainda: “Não dá para falar em segurança pública sem falar em governança democrática. Por outro lado, também há algumas preocupações para que essa tecnologia não seja desvirtuada. Nesse sentido, não basta uma decisão governamental determinando a criação e a aquisição de equipamentos, afinal, para atingirmos resultados, são necessárias diversas medidas, entre elas a normatização e a estruturação de protocolos internos”. [...]

Identificação e documentação de pessoas presas chega a um terço do país



Com o lançamento oficial realizado em quatro novos estados desde o início do ano, a Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de Pessoas Presas, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está presente em nove unidades da Federação. Ela promove cidadania a pessoas que tiveram contato com a privação de liberdade, facilitando a construção de novas trajetórias.

O objetivo é criar uma rede nacional, com apoio de mais de 150 parceiros, para fluxos permanentes para a emissão de até 12 tipos de documentos a partir da confirmação da identidade civil, conforme define a [Resolução CNJ n. 306/2019](#). Nesta semana, teve início a missão técnica no Sergipe, sendo o lançamento oficial na sexta-feira (10/6).

Nos últimos meses, Paraíba, Ceará, Acre e Roraima se somaram aos outros cinco estados que iniciaram as atividades em 2021 – as atividades haviam sido pausadas em razão da pandemia da Covid-19. A ação integra as atividades do [programa Fazendo Justiça](#), executado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e apoio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) com 28 ações para incidir em desafios no campo de privação de liberdade. Desde 2019, a ação de identificação e documentação é realizada em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen). [...]

Para apoiar o dia a dia das equipes na implantação e operação das atividades, foram elaborados dois novos manuais, que trazem o passo a passo para realização das ações de identificação civil na porta de entrada e para a coleta do passivo. Coordenadora do Núcleo de Identificação e Documentação do Fazendo Justiça, Ana Teresa Iamarino explica a importância do estabelecimento de padrões nacionais para garantia de direitos. “A uniformização de procedimentos e a unificação de bancos de dados estaduais a uma base nacional fortalece a segurança do processo, padroniza as ações e confere unicidade de tratamento e acesso em todo o país.”

[Leia sobre. Notícia Adaptada. Fonte:CNJ](#)

Acordo facilitará ressarcimento ao INSS por despesas com vítima de violência doméstica

Uma parceria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com órgãos do governo federal – entre eles, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – pretende aumentar o número de ações previdenciárias que buscam o ressarcimento ao Estado dos valores gastos com a concessão de benefícios que resultem de violência contra a mulher. O termo de cooperação permitirá o melhor compartilhamento de informação para que os autores dos crimes possam vir a ressarcir aos cofres públicos os gastos com os benefícios previdenciários resultantes de suas ações. [...]

Ações regressivas no âmbito federal envolvendo casos de violência doméstica não são novidade: a Previdência Social foi autorizada a ajuizar ações desse tipo contra agressores desde 2019. No entanto, o número de processos sempre foi pequeno em comparação aos casos de violência que chegam à Justiça. Em 2021, por exemplo, segundo dados da AGU, tramitaram 14 ações do INSS contra agressores de mulheres. Por outro lado, em 2020, 560 mil casos de violência contra a mulher ingressaram no Poder Judiciário, sendo 1,6 mil de feminicídio. Em 2021, o número foi ainda mais alto: 631 mil casos novos, com 1,9 mil casos de assassinatos de mulheres. [...]

O presidente do INSS, Guilherme Castaldello Pinheiro Serrano, ressaltou os benefícios do acordo. “O Estado é detentor das informações, temos informações espalhadas no Judiciário, nas autarquias, nos ministérios, e temos a responsabilidade de compartilhar essas informações para que o Estado possa agir de maneira inteligente, preventiva e corretivamente, quando necessário.”

[Continue a ler. Fonte: CNJ](#)



Integração de sistemas de dados do Judiciário e Executivo revoluciona gestão na área penal

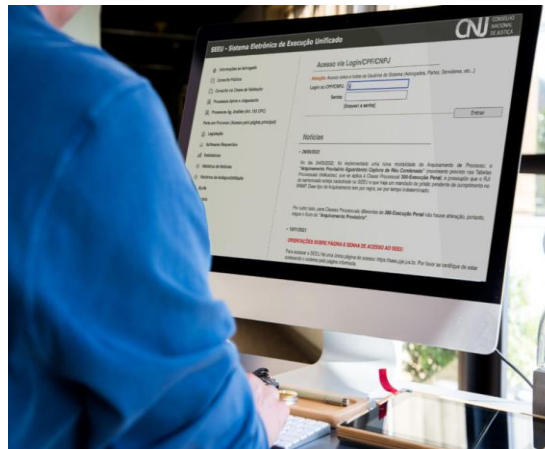
Um dos maiores desafios para avanços no sistema prisional brasileiro, a gestão de dados e de informações sobre processos de execução penal e sobre pessoas em privação de liberdade entra em uma nova fase. Por meio de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), será efetivada a integração do [Sistema Eletrônico de Execução Unificado \(SEEU\)](#) e do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen Individuos), os dois principais sistemas nacionais em operação no país neste campo.

A integração permite a consulta de processos em tempo real, de maneira centralizada nos sistemas, favorecendo a celeridade da execução penal tanto nas unidades prisionais quanto nas questões judiciais. Essa entrega é prevista em um dos três termos de compromisso firmados, em 2018, entre o CNJ e o MJSP para qualificar respostas do Estado no campo de privação de liberdade, que mais tarde deram origem ao que hoje é o [programa Fazendo Justiça](#). Com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o programa contribui com os poderes públicos para qualificação para diferentes desafios no campo penal, o que inclui a melhoria da gestão informatizada e de trâmite de dados entre sistemas.

O SEEU é uma [política pública do CNJ](#) que interliga em tempo real os processos de execução penal no país. Atualmente, tem mais de 1,3 milhão de processos em tramitação e está presente em 34 tribunais – há tratativas em andamento para implantação no [Tribunal de Justiça de São Paulo \(TJSP\)](#) e no [Tribunal Regional Federal da 4ª Região \(TRF4\)](#). Por meio da melhoria da gestão processual, o SEEU apoia o enfrentamento do estado de coisas inconstitucional das prisões brasileiras reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal em 2015.

Já o Sisdepen Individuos reúne, em uma só base de dados nacional, informações penitenciárias a respeito de presos e visitantes de unidades prisionais de todos os entes federativos e do Sistema Penitenciário Federal, bem como dá acesso a essas informações para outros órgãos e entidades que tenham prerrogativa e necessidade de consultá-las. O escopo principal dos dados são as pessoas privadas de liberdade e todos os eventos que ocorrem durante o período que elas estiveram sob a custódia do Estado. [...]

Como funciona



Na prática, a integração entre o SEEU e o Sisdepen Individuos aprimora a alimentação dos respectivos bancos de dados – a partir de ferramenta de sincronização executada com buscas individuais para cada caso, o SEEU informa a movimentação processual de um apenado, enquanto o Sisdepen comunica o estabelecimento prisional em que este se encontra, se houve movimentação carcerária, motivos da transferência, entre outros dados relevantes. Devido ao caráter individualizado de checagem, embora a integração dos sistemas já esteja efetivada, a finalização da sincronização de conteúdos deve ocorrer no médio prazo, com capacitação de servidores.

Notícias Externas

GOV BR, SSP, TJBA e MJSP



Ouvidorias do Senado e do CNMP firmam acordo de cooperação técnica

Responsáveis pela interlocução entre os cidadãos e as instituições, as Ouvidorias do Senado Federal e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) firmaram na manhã da terça-feira (24/06) acordo de parceria e cooperação técnica.

O termo foi assinado em evento na sede do CNMP pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; pelo procurador-geral da República, Augusto Aras; pelo ouvidor-geral do Senado, senador Plínio Valério (PSDB-AM); pelo ouvidor do CNMP, Engels Augusto Muniz, e pela diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.[...]



...Sim, porque um Estado democrático de direito não se faz apenas de eleições livres. É preciso muito mais. É preciso direitos e garantias fundamentais, liberdade de expressão e direito de oposição. É preciso, também, segurança jurídica e prestação jurisdicional adequada. É preciso que as políticas públicas atendam efetivamente as demandas da população e que os serviços públicos tenham qualidade e sejam, de fato, para todos.

O presidente do Senado também chamou a atenção para a necessidade de modernização da administração pública para que as ações do Estado brasileiro, nos três Poderes, sejam cada vez mais eficazes e pertinentes às reais necessidades do cidadão.

— Mas, quando eu digo “modernizar”, não falo apenas do uso de novas tecnologias ou de responsabilidade fiscal; não falo apenas de tornar a gestão pública mais eficiente ou os dados, mais transparente. Tudo isso é muito importante, é claro. Mas falo, também, de tornar a administração pública mais permeável às manifestações da população, o que tem o condão de aproximar o cidadão das instituições. Isso cria “capital social” — expôs Pacheco. [...]

Crescimento

Plínio afirmou que a Ouvidoria-Geral do Senado atua como um “espaço de diálogo, com escuta qualificada, legitimando o canal onde o cidadão tem voz e é ouvido, fortalecendo a relação entre o cidadão e a organização, a fim de promover a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade e o aprimoramento de rotinas e processos de trabalho, além de contribuir para a prática da boa governança corporativa”.

— A reestruturação que promovemos ao assumir a Ouvidoria procurou organizar seus trabalhos e estimular a participação popular nos trabalhos legislativos. Nesse sentido, esforços têm sido feitos para incentivar a manifestação de todos. Os números já mostram um aumento da participação da população.



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: Senado Federal](#)

Inovações tecnológicas na segurança pública foram tema de debate no Senado

[Saiba mais. Fonte: Senado Federal. Notícia Adaptada](#)

A Comissão Senado do Futuro (CSF) promoveu na quarta-feira (25/05) uma audiência pública sobre o uso de inovações tecnológicas na segurança pública. O debate aconteceu a pedido do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que é o presidente dessa comissão.

[Assista no YouTube!](#)

Vitória da Conquista tem redução de 64% nas mortes violentas



A cidade de Vitória da Conquista, no sudoeste do estado, apresentou redução de 64% nas mortes violentas, nos quatro primeiros meses de 2022.

De janeiro a abril, o município que possui mais de 343 mil habitantes segundo último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou 14 crimes violentos letais intencionais, uma média de 3,5 casos por mês. No mesmo período do ano passado foram contabilizadas 39 mortes violentas.

"Atribuímos essa redução a vários fatores, mas sem dúvidas, a proximidade da Polícia Militar com a população tem um papel fundamental na redução dos índices. Nós atuamos em várias vertentes, no social, na prevenção e na repressão e contamos muito com o apoio da população da cidade", afirmou o comandante do CPRSo, coronel Ivanildo Reis.

Além do policiamento ordinário realizado pelas 77^a, 78^a, 92^a Companhias Independentes da Polícia Militar, a Rondesp Sudoeste, a Operação Ronda Maria da Penha, a Base Comunitária de Segurança Nova Cidade e a Companhia Independente de Policiamento Especializado Sudoeste também atuam no trabalho ostensivo e preventivo.

A população de Conquista conta ainda com a ação da Patrulha Solidária, grupo do CPRSo voltado para o acolhimento de minorias com ações sociais.

Já o coordenador de Regional de Polícia do Interior de Conquista, delegado Fabiano Aurich, também credita a redução ao intenso trabalho de combate ao tráfico de drogas. "Combatemos, junto com a PM, a ação de quadrilhas que atuam com a venda de drogas, responsáveis pela maior parte das mortes cometidas na cidade", declarou. Ele também lembrou que todos os crimes que fogem desse perfil foram elucidados, e os autores, presos.

Risp Sudoeste

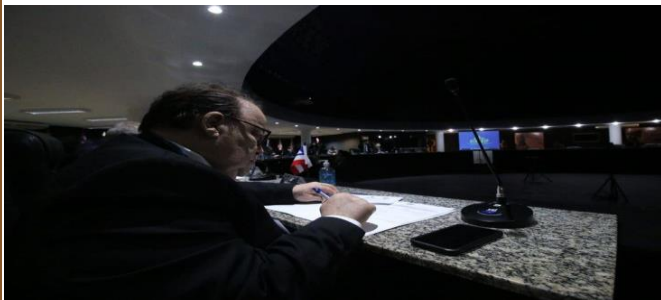
A tendência registrada em Conquista segue a mesma de toda a Região Integrada de Segurança Pública Sudoeste, composta por 94 municípios. Em todos eles, foram contabilizados 21,4% casos de mortes violentas a menos nos quatro primeiros meses do ano. Foram 160, em 2021, a 126 este ano.

Entre os municípios estão, além de Conquista, Jequié, Brumado, Guanambi, Itapetinga entre outros.

[Saiba mais. Fonte: SSP](#)

Modelo de câmeras na Bahia poderá ser usado por outros estados

O registro de preço de câmeras corporais e os testes que foram realizados pelas forças de Segurança da Bahia poderão servir de modelo para outros estados brasileiros que têm interesse na utilização do equipamento. A parceria foi discutida, na manhã desta quarta-feira (01/06), na LXXXII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretário de Segurança Pública (Consesp), realizada na cidade de Manaus.



Além da troca de informações, os secretários da Segurança Pública debateram também a utilização de recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública para a compra de câmeras e os protocolos para uso do equipamento. Representantes de São Paulo e Rio de Janeiro explicaram como a tecnologia já está sendo aplicada nos seus respectivos estados.

"Na Bahia testamos na Copa América e também durante o Carnaval de Salvador, o maior evento a céu aberto do mundo. As câmeras protegem os policiais e a população", declarou o secretário da Segurança Pública da Bahia, Ricardo Mandarinho.

O secretário acrescentou que o processo para a aquisição está sendo analisado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e, na sequência, será publicada a licitação.

[Leia mais. Fonte: SSP. Notícia Adaptada](#)

Delegacias de Lafaiete Coutinho e Itiruçu estão em fase final

As construções das Delegacias Territoriais dos municípios de Lafaiete Coutinho e Itiruçu estão 99% executadas. Os últimos ajustes são realizados para as entregas das novas unidades, que devem acontecer já no mês de junho.

As novas sedes, que são fruto do investimento do Governo do Estado, tiveram juntas a aplicação de cerca de R\$ 2,3 milhões. As plantas das delegacias são semelhantes e contam com total acessibilidade, design moderno, espaço amplo e total adequação a todas as necessidades estruturais para a atuação dos policiais civis, além de proporcionar conforto, comodidade e discrição para o atendimento ao público.



As construções das novas DTs fazem parte do Programa de Modernização das Estruturas da Segurança Pública, que prevê a entrega de 61 unidades só na primeira fase, em que são investidos mais de R\$ 80 milhões. Em todo o programa, dividido em três etapas, serão destinados mais de R\$ 230 milhões.

"Estamos com grande expectativa para iniciar a entrega dessas unidades, pois a lista é grande e beneficia todas as regiões do estado. Entre construções e reformas de grande porte são mais de 100 obras em andamento", ressaltou o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarinho.



[Leia mais. Fonte: SSP](#)

Bahia entra no oitavo mês consecutivo de redução de CVLIs



[Saiba mais. Fonte: SSP](#)

A Bahia apresentou redução de 12,3% nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) - homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte -, nos cinco primeiros meses do ano, comparado ao mesmo período de 2021. Com este número, divulgado pela Secretaria da Segurança Pública na quarta-feira (01/06), o Estado consolida a marca de oito meses consecutivos em redução.

Foram registrados 2.506 CVLIs em 2021, contra 2.199 em todo o estado, preservando 307 vidas entre 1º de Janeiro e 31 de Maio. Somente em maio, a Bahia registrou redução de 12,8%, com 65 vidas salvas pelas forças de segurança da SSP.

Na capital baiana os índices apontaram um decréscimo de 14,3% nos CVLIs (610 em 2021 e 523 em 2022). Já no interior do estado houve diminuição de 14,4% de crimes contra a vida, saindo de 1.624, em 2021, para 1.390, em 2022.

No acumulado do ano, o destaque no policiamento ficou com a Região Integrada de Segurança Pública (Risp) Leste, território que abrange grandes cidades como Feira de Santana, Serrinha, Euclides da Cunha e Cruz das Almas. Em números absolutos foram 97 casos a menos.

O secretário da Segurança Pública, Ricardo César Mandarino, destaca que o trabalho incansável da PM e PC no combate às mortes violentas e ao tráfico de drogas tem sido fator importante para o alcance dos índices.

“Em 30 dias as nossas forças policiais apreenderam cerca de R\$ 15 milhões em drogas, fruto de operações que mostram que a nossa atuação segue firme no estado no combate ao tráfico e CVLIs. Não mediremos esforços para fechar o ano com essa sequência de reduções”, finalizou.

A partir do dia 20/06 começam a valer as novas regras para cumprimento das ordens de soltura

Atenção! A partir do dia 20/06 começam a valer as determinações do [Ato Conjunto nº 01/2022](#), que regulamenta o cumprimento das ordens de soltura expedidas pelo Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), pelos agentes de custódia vinculados à Secretaria de Administração Penitenciária e pela Polícia Civil.

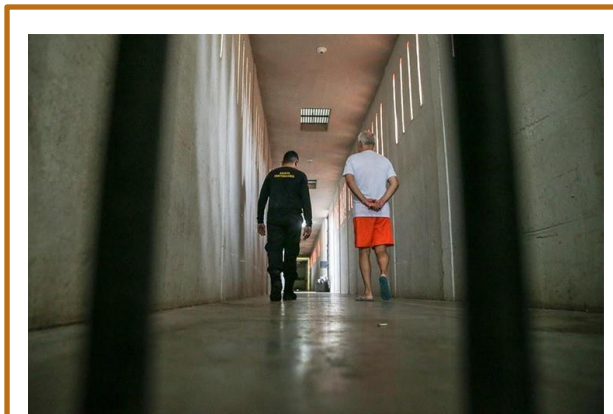
O documento determina que as autoridades responsáveis pela custódia somente darão cumprimento à soltura se o documento apresentado for produzido e assinado eletronicamente no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP).

A autoridade responsável pela custódia deverá observar se o documento de liberação tem informações sobre mandados de prisão cumpridos não abrangidos pela ordem recebida, caso em que a soltura plena não poderá ser realizada. Caso contrário, o beneficiário deverá imediatamente ser colocado em liberdade, independentemente de verificação de outros sistemas processuais.

Ao recusar o cumprimento da soltura, na hipótese do documento apresentado não ter sido expedido pelo BNMP, a autoridade responsável pela custódia oficiará ao Juízo respectivo para regularização.

O Ato Conjunto nº 01/2022 foi assinado pelos Corregedores do PJBA, Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano e Jatahy Júnior; pelo Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia, José Antônio Maia Gonçalves e pela Delegada Geral da Polícia Civil da Bahia, Heloísa Campos de Brito.

Feira De Santana: Vara De Execuções Penais Da Comarca Realiza Mutirão Carcerário



A Vara de Execuções Penais de Feira de Santana, Comarca localizada a 116 quilômetros de Salvador, realizou um mutirão carcerário no Conjunto Penal, com o objetivo de aproximar o Poder Judiciário do público-alvo, os apenados. Promovida nos dias 6 e 7 de junho, a iniciativa surgiu após a última inspeção ocorrida no presídio de Feira de Santana.

Apenas no primeiro dia da ação, foram realizadas 25 audiências e, no total, foram expedidos 63 alvarás. Sobre o mutirão, o Juiz Fábio Falcão, Titular da Vara de Execuções Penais de Feira de Santana, avaliou como satisfatório. “O que reputo de mais grandioso foi a sensação de efetividade que ficou para os assistidos”, disse.

Participaram como parceiros do Tribunal de Justiça na ação, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Além disso, o mutirão contou, também, com o apoio da direção do Conjunto Penal de Feira de Santana e da Polícia Militar – Comando Leste.

Expediente

Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP

Coordenador – Promotor de Justiça

Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Ana Clara de Carvalho Andrade – Estagiária de Serviço Social

Carolina Arruda SaintClair da Silveira – Assistente Técnico - Administrativo

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

ceosp@mpba.mp.br



71 3103-0381

71 3103-0382

71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

